

# FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE: “NOSSA CASA OU NOSSO TÚMULO”. GREVE ESTUDANTIL DE 1961 E A UNIVERSIDADE DO RECIFE<sup>1</sup>

Evson Malaquias de Moraes Santos<sup>2</sup>  
Edelson de Albuquerque Silva e Júnior<sup>3</sup>

Os últimos anos de democracia burguesa que antecederam o golpe civil-militar de 64 foram bastante agitados na Universidade do Recife – e que se desdobraram no Brasil inteiro. Os estudantes dessa universidade, particularmente os da Faculdade de Direito, foram protagonistas de um dos momentos mais ricos e conturbados na política nacional: a greve de maio/junho de 1961. Esse acontecimento chegou a ser caracterizado por Ana Maria César como o “maio de 1968” brasileiro. Por maior precisão de definição, acrescentaríamos, estavam ou foram incluídas nessa greve: a Universidade Rural e Católica, por problemas próprios; a Escola de Engenharia e a Faculdade de Direito, por terem sido cercadas pelo Exército brasileiro.

Conforme a autora, “em Pernambuco, nós nos antecipamos em sete anos a um dos maiores movimentos do século”, em maio de 1961. “O Movimento do Recife embora detonado por incidente interno, tinha raízes mais profundas”

---

1 Esse artigo é uma homenagem ao excelente professor e pesquisador Denis Bernardes. Agradeço a ele a confiança em minha pessoa ao solicitar este artigo para esta revista, e desejo do fundo do coração que ele descanse em paz.

2 Professor do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional da UFPE.

3 Mestre em Educação pela Pós-Graduação de Educação UFPE.

(CÉSAR, 2009, p. 20), afirma a autora em seu livro *a Faculdade Sitiada*. A greve dos estudantes de Direito do Recife, em 1961, envolveu o Exército e a Presidência da República.

Ressalta, outrossim, César que “enquanto o Movimento de Paris vem sendo estudado e analisado exaustivamente, o Movimento do Recife caiu não só no esquecimento, mas até no desconhecimento. Pouco se sabe, quase nada se escreveu” (CÉSAR, 2009, p.20).

Se Ana Maria César qualifica a greve dos estudantes da Faculdade de Direito de maio e junho de 1961 como o “maio de 68”, Cavalcanti (1978) identifica-a como um “ensaio para a tomada do poder, o que não foi feito naquelas horas mas veio consumir-se na gestão de João Goulart” (CAVALCANTI, 1978, p. 294). Loureiro (2009), de forma similar a Paulo Cavalcanti, identifica a greve estudantil como “grave crise institucional”, “força despropositada” e “clima de alarme” por iniciativa do presidente Jânio Quadros. Conforme esse autor, Jânio Quadros objetivava “desestabilizar as instituições republicanas”. E mais, para Loureiro (2009), o conflito com João Goulart foi mais importante para aumentar a cisão entre o Congresso e a Presidência do que a greve estudantil.

Mas temos que concordar com Ana Maria César em que esse acontecimento político-educacional precisa ser investigado com mais profundidade e sob vários olhares, até incluindo a análise da Universidade nesse contexto. Este artigo pretende iniciar essa colaboração de estudos, apesar de modesto.

Neste artigo, pretendemos abordar analiticamente essa greve na relação com o tempo histórico como na sua relação com a Universidade do Recife. Essa abordagem se diferenciará da autora anteriormente citada porque esta apenas narra os acontecimentos, fato a fato, e inclui entrevistas com seus participantes e documentos oficiais diversos – não analisa a greve em sua conexão com a Universidade (nas participações de seus órgãos), da mesma forma que os outros autores citados anteriormente. Além disso, não somos adeptos da sua leitura ao associar esta greve ao maio de 68, pois, além de vários argumentos plausíveis contrários a esse argumento, o movimento estudantil, mesmo com todo esse maravilhoso fervor, mantinha a lógica da temporalidade histórica: reverência ao patriarca, à autoridade fálica (catedráticos e ao Exército). Esse movimento não incluía o questionamento de valores centrais da sociedade, mas os educacionais e a própria figura do diretor Soriano Neto.

Na primeira greve estudantil da Universidade do Recife, de 9 a 19 de setembro de 1947, quatorze anos antes da greve de 1961, os estudantes faziam

apelos glamorosos e enaltecedores ao reitor Joaquim Amazonas, fundador da universidade, quanto ao Conselho Universitário que ele presidia, tais como: “jurista nato”, o movimento está nas “mãos de V. Magnificência”, “apaziguará a família” universitária. Assim chamamos a atenção para a pesquisa que redundou em livro cujo título leva o mesmo nome<sup>4</sup>:

Novos apelos de compreensão jurídica são feitos com a finalidade de sensibilizar o reitor quando destaca que o Magnífico Reitor “compreenderá, como jurista nato que é, nosso ponto de vista” e “depõe os destinos desse movimento nas mãos de V. Magnificência” e assume “confiança”, porque se sabe que V. Magnificência agirá como “um juiz imparcial e magnânimo, deixará, em lugar invulnerável e seguro, a honra da classe acadêmica e apaziguará a família universitária pernambucana. Nunca tantos confiaram num só” (SANTOS, 2010, p. 140 grifo nosso).

Essa tensão entre reconhecimento simbólico da autoridade, aprisionamento ao imaginário de ordem patriarcal na sociedade, e no mandarinato dos catedráticos, e rebeldia ante essas representações foram algumas constantes no movimento estudantil – certamente, até a década de 70<sup>5</sup>.

Esse período histórico do “maio de 68” brasileiro estava assentado na era do presidente Jânio Quadros (31/01/1961 - 25/08/1961), sucessor de Juscelino Kubitschek (31/01/1956 a 31/01/1961), que pregava ideologicamente uma luta contra a corrupção, saneamento do câmbio e defendia medidas austeras nos gastos públicos (com apoio dos EUA) e, ao mesmo tempo, aproximava-se do mercado comunista (o que desagradava aos EUA). No campo social e educacional, o ressurgimento das Ligas Camponesas<sup>6</sup>, das greves urbanas, da instalação da LDB constitui outras temáticas presentes na realidade histórica vivida. Por outro lado, docentes da universidade estavam engajados no Movimento de Cultura Popular e, posteriormente à greve, no Serviço de Extensão Cultural – criado pelo reitor João Alfredo e por Paulo Freire.

---

4 Conferir o livro de Evson Malaquias de M. Santos: A primeira greve estudantil da UFPE, de 9 a 19 de setembro de 1947: Da tutela patriarcal à construção ambígua de sua autonomia. Recife: EDUFPE, 2010.

5 O mais correto seria, talvez, reconhecer que houve movimentos de ascensão de autonomia e refluxo do mesmo diante das ordens simbólicas e imaginárias patrimoniais em vários momentos históricos. Essa temporalização ainda não a fizemos e, portanto, não arriscaremos apresentá-la aqui nesse momento.

6 As Ligas Camponesas surgem após a redemocratização do Estado Novo. O seu fortalecimento se dá na década de 50. Em Janeiro de 1955, cria-se em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, a SAAP, Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco. Em setembro desse mesmo ano realiza-se o Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco. (cf. GASPAR, Lúcia. *Ligas Camponesas*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 6 ago. 2012).

Posto tudo isso, compreendemos que a história implica imaginário, sujeitos, símbolos e, como tal, manifesta uma forma de ser e de fazer ser. Há uma dimensão consciente e inconsciente do fazer histórico, conseqüentemente, criamos nossas instituições ao mesmo tempo em que somos dominados por elas. Como bem colocou Nobert Elias, “os homens vivem dentro de um mundo de símbolos que eles mesmos criaram” (ELIAS, 1998, p.36). Compreendemos a história, também, como alteridade, criação,

Porque o que se dá em e pela história não é seqüência determinada do determinado, mas emergência da alteridade radical, criação imanente, novidade não trivial [...] e é somente a partir dessa alteridade radical ou criação que podemos pensar verdadeiramente a temporalidade e o tempo (CASTORIADIS, 2000, p. 220).

Cornelius Castoriadis, discutindo sobre o estruturalismo cultural, observa que as sociedades “frias” nada mais são que “modos diferentes da historicidade” (CASTORIADIS, 2000, p. 221). Ora, o “‘caráter estático’, ‘repetitivo’, ‘a-histórico’ ou ‘atemporal’ dessa classe de sociedades é somente sua maneira própria de ter instituído sua própria temporalidade histórica” (CASTORIADIS, 2000, p. 222).

Sendo assim, “a história é sempre história para nós – o que não significa que tenhamos o direito de mutilá-la a nosso bel-prazer, nem de submetê-la ingenuamente às nossas projeções, visto que, precisamente, o que nos interessa na história é nossa *alteridade autêntica*, os outros possíveis do homem em sua singularidade absoluta” (CASTORIADIS, 2000, p. 196).

Da mesma forma, quando analisa a cultura, aquele autor a define como

“tudo aquilo que, no domínio público de uma sociedade, transpõe o simples funcional ou instrumental e apresenta uma dimensão invisível, ou melhor, imperceptível, positivamente investida pelos indivíduos de dada sociedade. Em outras palavras, aquilo que, nesta sociedade, está ligado ao imaginário *stricto sensu*, ao imaginário poético, tal como ele se encarna em obras e condutas que vão além do funcional. Não é necessário dizer que a distinção do funcional e do poético não é material (não está nas “coisas”) (CASTORIADIS, 2002, p. 227).

A compreensão da história, no Brasil, implica, como já expusemos anteriormente, entender a dimensão criadora de suas formas e emergências outras. Em nosso entendimento, isso significa dizer que, em nosso caso particular, a “forma” e as “emergências outras” são a luta processual e dinâmica do poder patrimonial e da luta de seus contrários, instituinte/instituído, elementos de ruptura e de reprodução social/econômica e ideológica. Prisioneiras desse imaginário, a

cooptação, a tutela, a hierarquização, a personalização resistem e dão formas às “novas” formas de poder nas relações e representações socioafetivas.

Como não há sociedade sem instituições, estas se materializam nas organizações sociais (em suas normas explícitas e implícitas, na definição de finalidades e nos objetivos da organização, etc.) e recorrem a símbolos (anel de formatura, título de catedrático, título honoríficos etc.) – se, na modernidade, na lente weberiana, se estabelece a burocracia impessoal, na patrimonial, os laços de dependência são de ordem afetiva e de favores (a hierarquia prevalece).

Ora, o patrimonialismo brasileiro, bem estudado por Raimundo Faoro, em que pesem críticas ao seu desenvolvimento e à concepção que perpassa toda a formação brasileira, governando as ações e as formas das nossas instituições, é constitutivo de nosso imaginário criador. Ao indicarmos a “existência” do patrimonialismo, imediatamente remontamos ao patriarcalismo, forma de fazer ser o poder patrimonial – apesar de não se resumir nele ou se deduzir dele.

Por patriarcalismo, entendemos que os laços sociais são estabelecidos por dependência, instituindo o companheirismo (compromissos pessoais) em vez do estatuto (impessoalidade), que estabelece o poder em seu nome. O mesmo, para sobreviver de forma original, sem máscara, precisa do espaço da comunidade doméstica, pois é nela que a “autoridade a) do mais forte e b) do mais experiente, isto é, dos homens sobre as mulheres e as crianças, (...) se efetiva” (WEBER, 1994, p. 245). As relações se estabelecem pela dádiva: a prestação de favor. Ela pode se desenvolver para formas de laços de dominação patrimonial, com serviço de obrigação pessoal.

Vários cientistas brasileiros, das áreas das humanidades, vêm chamando a atenção para os aspectos do patrimonialismo social brasileiro (FAORO, 1976; HOLANDA, 1994), do formalismo educacional e do Estado brasileiro (SANDER, 1977; CARVALHO, 1990), da meritocracia holista na sociedade brasileira, com implicações na organização e na política administrativa - diferindo da americana e da japonesa (BARBOSA, 1999). Essa última autora observa que a meritocracia brasileira estava fundada no favor e na hierarquia. Personalidades ilustres da República pediam favores de toda ordem ao ministro da Fazenda, Rui Barbosa, ferindo as leis meritocráticas vigentes e o direito (BARBOSA, 1999).

Na mesma perspectiva, Tojal e Carvalho (1997) advogam que, na República Velha, “o Estado era, então, propriedade de alguns poucos, que a noção de público não tinha qualquer significado para a maior parte da população” e

que, “se não havia público, não havia separação entre público e privado, não havia cidadão, mas servidor de algum patrão”. Era restrita, concluem esses autores, a ideia de direito e de cidadania. Para eles, o que existia, na verdade, era uma dominação patrimonialista, “com um reduzido aparelho burocrático, de maneira geral escolhido de dentro das relações de parentesco ou amizade dos herdeiros de poder”; e afirmam ainda que, após a queda da República Velha, o Estado que era mediado pelo patrão, “agora se apresenta diretamente ao povo, construindo e promovendo uma democracia de massas e um conjunto de profundas mudanças estruturais”. A era Juscelino Kubistchek não rompeu com as lógicas simbólicas passadas, continuam esses autores, citando Fiori: “vigia uma política clientelista que caracterizava o sistema político brasileiro” (TOJAL; CARVALHO, p. 61-63).

De tudo o que foi posto anteriormente, podemos elencar que há na sociedade brasileira uma lógica simbólica assentada num imaginário social que estabelece relações sociais e de poder numa estrutura de hierarquia social, de caráter tutelar, e outras formas (o que implica não somente proteção e dependência, mas perseguições, quando assim o desejar o patriarca), com forte distinção social e estrutura hierarquizadora materializada na organização social, que ultrapassaram vários regimes políticos e governos, e que a universidade pública não está “protegida” dessas significações. Apesar dos discursos de “ruptura” com esses valores, o que existe, como já destacamos, é uma aliança das forças políticas-sociais-econômicas, pois mantêm a lógica heterônoma e reificadora do núcleo desse imaginário.

Se aceitarmos as análises de vários cientistas sociais quando definem a sociedade brasileira como (ou está) patrimonial, quais as significações instituintes que foram produzidas pela Universidade do Recife? Se o reitor e vários docentes estavam envolvidos com o êxito do Movimento de Cultura Popular, MCP (1960), que chegou a defender uma Universidade Popular, podemos deduzir de que a universidade estava no rumo de ressignificações patrimoniais na sua organização catedrática? Se a greve de 1961 teve repercussões nacionais, chegando até a ser comparada com o “maio de 68”, teria forças para alterar a lógica de valores patrimoniais na UR?

Recorreremos às fontes de jornais, às pesquisas históricas sobre esse período, às atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife e ao livro da autora referida anteriormente. Os jornais foram analisados quanto às categorias temáticas e semânticas, apreendendo os sentidos produzidos pelos estudantes e docentes catedráticos enquanto sujeitos na sua relação com a instituição educacional quanto na instituição da ordem social que orientava

as suas condutas – da mesma forma, as atas do Conselho, levando em conta os catedráticos e a relação de poder que é constituído entre eles e os outros.

Organizamos nosso artigo em quatro partes: na primeira, apresentamos o contexto político-ideológico; na segunda, o MCP e a Universidade do Recife; na terceira, Jânio Quadros e a Universidade do Recife; na quarta, um conciso relato da greve estudantil de 1961 e a sua relação com os órgãos universitários e o governo federal: a) alegações dos estudantes para a greve; b) a reação do diretor Soriano Neto, do CTA e da Congregação da Faculdade de Direito; c) Relatório da Comissão de Sindicância da Presidência da República (julho de 1951): “descrença, desinteresse, desrespeito” entre docentes e discentes; d) a greve dos estudantes de 1961 e o Conselho Universitário; e) o reitor João Alfredo e a greve estudantil de 1961; f) as ambiguidades da autonomia estudantil.

## CONTEXTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

Juscelino Kubistchek e Jânio Quadros (JQ) são simultaneamente autores e objetos da história dessa época – ambos populistas e anticomunistas. Jânio Quadros, particularmente, adiciona o tempero da luta contra a corrupção e moralização como pretensão e projeto de governo. Essa posição política dele, desde que assumiu a prefeitura de São Paulo, nos idos de 1953, aos 36 anos: “um dos seus primeiros atos foi promover demissões em massa de funcionários, iniciando uma cruzada moralizadora” (Dicionário... apud CPDOC, 2012). A mídia teve papel importante na política nesse contexto: rádio, TV e impressos. Por exemplo, nos anos de 54, existiam 34 mil aparelhos de televisão; em 1960, 598 mil aparelhos. Jânio Quadros e seus aliados utilizaram muito este veículo de comunicação – inclusive pra tratar da greve. Cid Sampaio chega a utilizar a TV para fazer apelo aos estudantes para que se encerre a greve. O Exército faz censura aos meios de comunicação de massa sobre a greve: passariam pelo crivo dele as matérias. Os editoriais dos jornais nacionais e locais fazem dura crítica à greve – associando-a, normalmente, aos comunistas (CÉSAR, 2009).

A ascensão de JQ à Presidência da República envolve um contexto de conturbação política e ideológica: disputas entre capitalismo e socialismo; “integração” dos países periféricos na ordem do capitalismo norte-americano; ascensão das massas camponesas na política; criação de um capitalismo cultural com rádios, TVs e imprensa com nova concepção; criação do CPC, do Movimento de Cultura Popular; e o que é mais importante, o populismo e o nacionalismo como forma de fazer política, incluindo as massas urbanas e rurais. O povo foi inventado como sujeito histórico.

Conforme o *Dicionário Histórico Biográfico* (2012), Jânio Quadros, “enquanto desenvolvia uma política interna considerada conservadora, e plenamente aceita pelos Estados Unidos, procurou afirmar no plano externo os princípios de uma política independente e aberta a relações com todos os países do mundo”. Uma das medidas populares que JQ tomou no plano ideológico foi a elaboração do projeto antitruste, prevendo punição aos empresários, sendo considerados “crimes”: “i) o da retenção de estoques com fins especulativos; ii) a formação de monopólios ou de oligopólios com o propósito de majorar preços; iii) o parcelamento de empresas visando desrespeitar a legislação tributária...” (LOUREIRO, 2010, p. 576).

Na verdade, todo o mandato de Jânio Quadros foi de instabilidade política e de medidas contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que elabora projeto “antitruste”, adota medidas de simplificação e liberalização do câmbio e de crédito aos empresários. Conforme Loureiro (2010), depois de várias críticas do empresariado às medidas adotadas pelo governo, pois as achavam tímidas,

As classes empresariais aplaudiram a decisão. Em reunião da FIESP (...), Sérgio Ugolini declarou que a diminuição dos compulsórios iria ‘melhorar a situação do crédito solicitada pelas nossas entidades’ e que a decisão de liberar as máquinas e os equipamentos da compra das Letras do Banco do Brasil englobaria aspectos ‘que há muito vinham sendo debatidos pelas nossas Casas (LOUREIRO, 2010, p. 573).

O seu desprezo pela Câmara expressou-se na ausência de um representante do governo no parlamento. Conforme Loureiro (2009, p.191):

Quadros afirmou que não sabia se Aleixo era, de fato, o porta-voz do governo no parlamento. Vê-se, aqui, que o Presidente não apresentou nenhum empenho na construção de uma liderança efetiva no Legislativo; ao contrário, chegou até minar a já baixa legitimidade de seu suposto líder.

Ele agiu do mesmo jeito no Congresso.

Um novo conflito com o Congresso estabeleceu-se com a tentativa de abrir uma sindicância contra o presidente do Congresso – e seu vice –, João Goulart, supostamente envolvido na irregularidade dos órgãos do Serviço de Apoio à Previdência Social e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. O deputado pernambucano Barbosa Lima Sobrinho (PSD) propõe uma sindicância paralela. Jânio Quadros se coloca contra as reações do Parlamento, provocando-o ainda mais: “Que estão pensando? Pois irei aos comícios pedir

o apoio do povo” (LOUREIRO, 2009) – tornando ainda maior a distância entre o parlamento e a o poder executivo.

O deputado Humberto Lucena (PSD-PB), aprovou em seu partido, de cuja bancada era líder, a necessidade de entrar com uma representação contra o presidente da República – impeachment – por ter praticado 23 atos ilegais.

O calor no parlamento aumenta quando da greve dos estudantes da Faculdade de Direito e a Presidência da República age com “força despropositada”, gerando uma “grave crise institucional” e estimulando um “clima de alarme” ao afirmar que “preservaria a ordem com toda energia” – logo em seguida, após essas frases de efeito, “partiu para São Paulo e instalou provisoriamente o seu governo no Palácio do Horto Florestal, na Zona Norte Paulistana”<sup>7</sup>. O Ministro da Justiça reafirmava na imprensa, também, “que a ordem no país seria mantida”. Ao mesmo tempo, chegavam informações do Nordeste “de que comunistas, líderes sindicais e vereadores de esquerda – todos sem quaisquer vínculos com a greve estudantil então em curso – estavam sendo presos ‘por precaução’ pelas tropas do Exército”. (LOUREIRO, 2009, p.197).

Jânio é acusado por parlamentares, Sérgio Magalhães, por exemplo, de visar um golpe, motivo pelo qual teria abandonado a Capital e ido para São Paulo.

Já o deputado Jonas Bahiense (PTB-RJ) discursou enfaticamente, conforme LOUREIRO (2009, p. 198):

S. Exa. [Jânio Quadros] manda fechar jornais, espancar estudantes, ocupar sindicatos; transfere forças de uma Região Militar para outra de modo acintoso, espetacular; estabelece uma ponte aérea; manda os mais poderosos navios da nossa esquadra para o porto de Recife; e anuncia tudo isso oficialmente através da *Hora do Brasil*. Pergunto, então: onde estão os propósitos de legalidade e tranquilidade do Governo da República?

## MCP E A UNIVERSIDADE DO RECIFE

A greve dos estudantes surge num contexto político-educacional e ideológico que jogava os docentes e os discentes na relação com um novo sujeito criado

---

7 A justificativa para ir à São Paulo era tratamento médico, contudo, “Jânio não realizou uma única consulta médica sequer” (LOUREIRO, 2009, p. 199).

imaginariamente: o “povo”. Recife vivia forte conturbação político-ideológica com a Frente do Recife (1955), as ligas camponesas, as vitórias sucessivas no Estado e na Prefeitura do Recife de Arraes e Pelópidas. Em março de 1962, nove meses após a greve, Arraes é indicado ao cargo máximo de Pernambuco, pelo PST, para disputar as eleições ao governo do Estado, sendo eleito.

Vários docentes da UR se colocavam para fazer contato e ligação com o povo. A cultura e a educação eram os instrumentos, os meios. O MCP (criado pelo prefeito Miguel Arraes, antes da greve, em 1960) e o SEC (criado pela Universidade, depois da greve, em 1962) foram os órgãos facilitadores e executores dessa ascensão do povo como sujeito político.

Segundo Cavalcanti (1978, p.285), “o ponto mais alto da administração de Miguel Arraes”, o Movimento de Cultura Popular – MCP, surge como “organismo destinado inicialmente a coordenar as atividades educativas” na cidade do Recife, requerendo junto ao “comércio e às indústrias locais o custeamento das despesas com o professorado, obtendo entres entidades que se comprometem com o apoio, o Lions Club e Rotary Club” (WEBER, 1984, p.242). E, como aponta ainda Weber, desse modo,

até fins de outubro de 1960, o MCP já havia recebido a doação de 17 terrenos, nove provindos diretamente de proprietários e oito obtidos através de Vereadores. Além do mais, continua a doação de material didático por parte da indústria local (WEBER, 1984, p.248).

Conforme afirma Weber (1984, p.247), o MCP pesquisa os seguintes objetivos, “de acordo com o artigo 1º de seu Estatuto”:

1. Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e de poderes públicos, a educação de crianças e adultos;
2. Atender o objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo;
3. Proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho;
4. Colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada;
5. Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular. (WEBER, 1984, p.247).

O MCP defendia uma educação que não era feita “para” o povo, pois, assim sendo, ela seria uma “educação que alguém, não exatamente o povo, seleciona para ser oferecida ao povo”. O MCP visava “educar entre si”, pois “ninguém

se educa sozinho”. “Conscientização” era a palavra fundamental que se professava na época – apesar de reconhecer que nem todos, certamente, estavam comprometidos com o real sentido dela. (ROSAS, 1986, p.2).

Entre os participantes da Semana do MCP, constava o reitor da UR, João Alfredo, que, diante de conferências e debates, “propôs uma conjugação de esforços entre o trabalho desenvolvido pelo MCP e o da Universidade com o objetivo “de contribuir para a elevação cultural da população recifense”” (WEBER, 1984, p.247– grifo da autora). O conteúdo da referida Semana percorria o

1) Significado da Cultura Popular: Estrutura e Objetivos do MCP, Germano Coelho; 2) A Cultura Popular e a Atualidade Brasileira, Paulo Freire; 3) A Educação de Base e a Cultura Popular, Anita Paes Barreto; 4) Cultura Popular e Desenvolvimento, Antonio Baltar e 5) A Universidade e a Cultura Popular, Nilo Pereira (D.P., 11.05.60, p. 3 e *I.C.*, 13.05. 60, p. 13) (WEBER, 1984, p.251).

Com forte inserção de docentes da UR nesse Movimento, “mais de 400 universitários se dispõem, de forma efetiva, a participar do programa de alfabetização que deve ser implantado pelo MCP em 1961”, priorizando-se para esse ano a escolarização de crianças e a alfabetização de adultos. (WEBER, 1984, p. 248-250). O *Jornal do Commercio* divulga a II Semana Estudantil de Cultura Popular. Na

“Ilha do Retiro, Divisão de Esportes do MCP fará realizar um torneio de *volley* e *basket*, entre os selecionados secundaristas e universitários. No Sítio da Trindade, ao meio-dia, ocorrerá o encontro geral de todos os estudantes que participaram da Semana, servindo-se um churrasco, oferecido pelo prefeito Miguel Arraes. Paralelamente, a Banda Municipal do Recife tocará um concerto popular” (ENCERRAMENTO..., 1961).

## CONCISO RELATO DA GREVE ESTUDANTIL DE 1961<sup>8</sup>

A greve eclodiu em dois de junho de 1961, nesse contexto político-ideológico – convocada numa assembléia convocada para às 21 horas. No dia 31 de maio, os estudantes da Faculdade de Direito pretendiam realizar palestra com a mãe de Che Guevara, Célia Guevara, às 20 horas. Os estudantes souberam que o diretor Soriano Neto “dera ordens para os funcionários desligarem a

---

8 Esta seção, de “a” a “f” (com exceção da “d”, que recorremos à ata do Conselho Universitário), será exposta a partir da pesquisa de Ana Maria César, não sendo necessário identificá-la constantemente; apenas o faremos pela paginação; e por pesquisa de nossa parte, feita em jornais do *Jornal do Commercio*.

luz, evacuarem o prédio e fecharem as portas” para que o evento não ocorresse (p.32). A palestra ocorreu à luz de velas, com muita gritaria.

Soriano Neto, em dois de junho, chegando à tarde, convoca extraordinariamente o Conselho Técnico-Administrativo (CTA) e solicita punição aos estudantes. O CTA nega punição e propõe a constituição de inquérito para investigação. À noite, os estudantes realizaram uma grande assembleia; cada vez chegavam mais estudantes. Juraci Andrade propõe “ocupar a faculdade e tomar as chaves” (p. 37). A proposta aprovada foi a de que, se a comissão de inquérito fosse instalada, os estudantes entrariam em greve. Relata a autora:

Decisão tomada, rumaram para a sala do 5º ano onde os professores Abgar Soriano e Everado Luna aguardavam. Iam aos gritos de 'greve geral' e 'abaixo Soriano!'. Entre discussões acirradas, exigiram, no prazo de 48 horas, a renúncia do diretor Soriano Neto e a instalação de uma comissão de inquérito para apurar as irregularidades cometidas pela direção [...] Propunham também que o professor Abgar Soriano assumisse a direção da Escola [...] no pátio interno, bombas juninas explodiam, tornando o ambiente ainda mais tenso (p.38).

No dia 3, pela manhã, a Faculdade foi tomada de cartazes e por mobílias fechando as passagens. Já no dia 5, o Diário da Noite divulgava a possibilidade da intervenção do Exército. Os estudantes organizam uma passeata-monstro, realizando o enterro simbólico do diretor Soriano Neto. Foram realizadas pelo Conselho Estadual da União dos Estudantes de Pernambuco, antes da passeata, três assembleias gerais, sendo decretada greve geral na Universidade do Recife, na Rural e na Católica – inclusive nas faculdades isoladas de Caruaru (p.41).

No dia 7 de junho, o Exército, às 3h45 da madrugada, ocupava as ruas e dirigia-se à Faculdade de Direito. Tanques de guerra chegavam. Vários pelotões aproximavam-se, em posição de combate, baionetas caladas, fuzis-metralhadoras, metralhadoras Thompson, rastejando pelos chãos, soldados em posição de ataque. Às 4 horas chegam mais tropas. Os estudantes colocam o Hino Nacional e avisam que estão desarmados. Envia uma comitiva de cinco para conversarem com os militares. As armas se dirigem aos presidentes da UEP e do D.A. de Direito. Eles retornam e, em assembleia, discutem a situação. Um tanque aproxima-se da Faculdade e ultrapassa o jardim. Às 4h15, o cadeado é arrombado. Os estudantes se dirigem para a Praça Adolfo Cirne – o professor Pinto Ferreira, os deputados Paulo Viana e Sérgio Murilo se dirigem à Praça. Os estudantes se alojam na Escola de Engenharia – Newton Maia concede as chaves com a ciência do reitor.

No dia 8 de junho, inicia-se a invasão do Exército na Universidade Rural. Oficialmente, na madrugada do dia 16, uma comissão estudantil comunicava ao general Osvaldo Mota o término da greve. Desde as 12 horas do dia 15, o Exército já tinha se retirado da Praça desde as 12 horas do dia 15.

Finalizando os processos da greve, não poderíamos deixar de apresentar as arbitrariedades políticas dessa temporalidade histórica, não somente contra os estudantes, mas contra outros que foram considerados perigosos<sup>9</sup> pelo poder público sem uma atuação legal. Foram detidos, provavelmente, pela polícia, pois os órgãos públicos não sabiam explicar o paradeiro deles: Ramiro Justino, um dos assessores sindicais de Cid Sampaio, Hiram Pereira, diretor de administração do prefeito Miguel Arraes; David Capistrano, antigo deputado comunista (preso ao sair do cinema) (VÁRIAS..., 1961, p.1).

Vejamos, agora, como o movimento, o reitor, os órgãos da Universidade e o diretor da Escola se posicionaram diante da greve e da ocupação e como cada um, ao seu modo, contribuiu para a manutenção da mesma e a amplitude da gravidade. Além disso, vamos verificar os sentidos que cada um deu e fizeram a Universidade ser o que é.

#### A) ALEGAÇÕES DOS ESTUDANTES PARA A GREVE

Os estudantes fazem críticas de duas ordens à Faculdade de Direito: 1) prática administrativa discricionária do diretor Soriano Neto; 2) estrutura pedagógica, administrativa e profissional ineficiente para a atualidade brasileira. A primeira, por Soriano Neto receber vencimentos como diretor e vice-reitor, sem dar expediente de diretor e sem ministrar aulas e por prática nepotista ao colocar seu filho como assistente sem ele nunca ter colocado os pés na Faculdade, pois morava em Sirinhaém. Para os estudantes, essa “direção deficiente” “nunca procurou conhecer e nem resolver nossos problemas”. Denunciam os estudantes que o diretor dedicava apenas trinta minutos diários à direção da Faculdade, das 18h30 às 19 horas. A segunda, em defesa da Faculdade, pois ela estava indo para o caos – eles não o desejavam, uma vez que

Estão conscientes do processo histórico por que passa a nossa sociedade. A atual fase de superação da condição de subdesenvolvimento com a aceleração da reformulação total das estruturas socioeconômicas exigirá que os co-

---

9 Conforme nota do Exército, a greve estudantil “tem sofrido a consequência da atuação de elementos reconhecidamente agitadores, que deturpam o movimento e a vida da cidade” (VÁRIAS..., 1961, p.1).

nhecedores de direito saibam regulamentar as relações jurídicas que advirão com as transformações sociais (p. 165).

Ora, os estudantes constroem seu discurso resgatando a dicotomia entre tradição e realidade atual – eles não defendem a tradição. Afirmam categoricamente: “Não podemos mais viver exclusivamente da tradição à sombra de um passado glorioso. Precisamos dinamizar o presente e orientar o futuro” (p. 164). Exige-se uma nova faculdade para o novo tempo.

A atualidade brasileira exige eficiência da administração. “Se nossas faculdades e universidades”, argumentam os estudantes, “não estão capazes de resolver seus problemas internos, que exigem apenas um mínimo de responsabilidade administrativa, como irão cumprir sua missão histórica de vanguarda por que passa o Brasil?”

Essa tensão entre discurso “moralista”, problemas “empíricos” e “atualidade brasileira” estará presente. A UNE defendia uma universidade científica, e não clássica. Em consequência, defendia o fim das cátedras. A greve expressava essa insatisfação com a funcionalidade e a lógica universitária.

O movimento é de moralização. Uma de suas faixas dizia, após a ocupação da Faculdade: “Fechada para balanço moral”. A moralização não é, necessariamente, uma ação democrática. Jânio Quadros bem sabe disso. Nas suas reivindicações e na justificativa da greve aparecia “inclusão de representantes do corpo discente na administração da faculdade (Resolução nº 1 do seminário Nacional de Reforma Universitária)”. Apesar das questões democráticas estarem presentes nas reivindicações e nas denúncias, elas não apareciam como questão central. Além do exemplo acima, eles reivindicavam a publicação dos atos administrativos da Faculdade, ou seja, exigiam transparência pública. Esses dois exemplos mostram o conteúdo político reivindicatório que aparecia no bojo da crítica moral, da ineficiência administrativa, no nepotismo, na falta de compromisso dos docentes de ministrar aulas, na ausência de aulas práticas.

#### **B) REAÇÃO DO DIRETOR SORIANO NETO, DO CTA E DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO.**

Logo após o debate com a mãe de Guevara, no dia seguinte, Soriano Neto convoca o CTA e pede punição aos organizadores do evento. O CTA não aceita a sua proposta e aprova a criação de uma sindicância para apurar os fatos. Ele deixa claro que a reunião foi presidida por ele e aprovada por unanimidade. Divulga

nota e cobra providências do reitor e da Presidência da República. O texto possui três parágrafos e, no seu discurso, aparecem palavras-chave, como: criminosos (três vezes), (grave/ato) indisciplina (duas vezes), “comunista” (duas vezes), “violento/violência (duas vezes), amotinados (uma vez). Afirmar ser sabedor de que “Madame Guevara” é uma “comunista e agitadora internacional”. O respectivo diretor enquadra a ação dos estudantes na Lei de Segurança Nacional nº 1802, de 5 de janeiro de 1953, art. 13. Cobra do reitor, como “autoridade suprema da Universidade do Recife”, “providências para o restabelecimento do serviço público e dos trabalhos escolares ora impedidos de funcionar por aqueles criminosos”.

A Congregação da Faculdade de Direito reúne-se na OAB, caracteriza o movimento de “grave situação criada pela violência e ilegal ocupação pelos estudantes da Faculdade” e delibera, por unanimidade, pela “solidariedade ao diretor e ao Conselho Técnico” (p.42).

Em 11 de junho, professores da Faculdade de Direito, não o CTA, propuseram que o diretor Soriano Neto entregasse o cargo ao vice. Antes de apresentar a proposta no texto, discorre afetivamente: “sentimos constrangido, insuportavelmente, o coração, a sangrar a totalidade de nosso ser, ao vermo-nos sós no interior da Faculdade, cercados por baionetas, metralhadoras e tanques de guerra, com o pensamento tumultuado e atropelado pela antevisão de um possível derramamento de sangue ante os nossos próprios olhos” (PROFESSORES..., 1961, p.3).

Os órgãos da universidade foram intransigentes no calor da disputa, e continuaram a sê-lo; os docentes, enquanto docentes, tentaram mediar, mas não foi possível. Soriano Neto não acatou a proposta<sup>10</sup>.

### c) RELATÓRIO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (JULHO DE 1951): “DESCRENÇA, DESINTERESSE, DESRESPEITO” ENTRE DOCENTES E DISCENTES<sup>11</sup>

O governo federal instituiu uma Comissão para sindicância. Ela era composta pelo professor Caio Mário da Silva Pereira, presidente, Josaphat Marinho e

---

<sup>10</sup> Sua intransigência não aconteceu apenas na greve de 1961. Dez anos atrás, na primeira greve docente, em 4 de dezembro de 1951, Soriano Neto, recorrendo à lei, faz discurso duro no Conselho Universitário contra a greve dos docentes da Faculdade de Filosofia. Assim ficou registrado na ata: “Fala o professor Soriano Neto contra a atitude daqueles professores e de que os mesmos estão infringindo a Constituição da República e o Estatuto dos Funcionários Públicos. Esclarece ainda que aquela Faculdade está incorporada a uma autarquia federal, estando portanto sujeita a toda legislação federal. Assim propõe que sejam intimados os professores a voltar ao exercício de suas funções no prazo de três dias, e sejam submetidas a exames, as reclamantes” (p.165)

<sup>11</sup> O relato da Comissão, exposto aqui, foi extraído do livro de Ana Maria César, *Faculdade Sitiada*.

Orlando Felinto. Esse relatório foi publicado no Diário Oficial da União em 25 de julho de 1961 (conferir Ana Maria César, 2009, p.151). A Comissão, em seu relatório, registra que não tem a finalidade de punir a ninguém. Na parte que trata da “apreciação psicológica do ambiente escolar”, reconhece que “há um notório desajustamento entre os estudantes e o corpo docente. Não é apenas o reflexo de conflito das gerações, algo mais existe, demonstrativo de desconfiança e de falta de estima”. Nas conclusões, ressalta: “há falta de administração e desajustamento entre o corpo discente e o corpo docente que é preciso sanar”, contudo, a administração financeira de Soriano não pode ser criticada (p. 152). Recomenda:

“À Universidade do Recife: a) a conveniência de continuar o professor Soriano Neto afastado de suas funções de diretor da Faculdade de Direito até que se completem e se encerrem as providências a seguir sugeridas; b) a constituição de um grupo de trabalho de que obrigatoriamente faça parte um representante do corpo discente, a fim de apresentar proposta concreta, objetivando a dinamização do ensino e das atividades escolares da gloriosa e tradicional unidade universitária” (sugere mais dois itens que não apresentamos aqui).

Ao Ministério da Educação, maior fiscalização da vida escolar e administrativa.

#### **D) A GREVE DOS ESTUDANTES DE 1961 E O CONSELHO UNIVERSITÁRIO<sup>12</sup>.**

O Conselho Universitário é convocado extraordinariamente no dia 19 de junho para o horário das 22 horas, ou seja, 17 dias após a ocupação e greve dos estudantes da Faculdade de Direito. O presidente da reunião justifica a reunião por medida de “urgência”, “em virtude do movimento grevista estudantil surgido na Faculdade de Direito e se alastrado por toda universidade” (p.67). O conselheiro e médico Antonio Figueira solicita “informações porque, somente agora, se reuniu o Conselho Universitário para tomar conhecimento e decisões sobre a greve dos estudantes universitários” (p.68). A refutação do reitor João Alfredo, em nosso entendimento, não responde à indagação. A última reunião antes da greve foi no dia 5 de maio – vinte e 27 dias antes da greve.

---

<sup>12</sup> As análises que se seguem foram feitas da ata do Conselho Universitário do dia 19 de Junho de 1961. Conferir: Universidade do Recife. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE. Ata de reunião do Conselho Universitário do Recife. Recife, 1961, p. 67-72.

A explicação do reitor foge da questão do conselheiro Antonio Figueira. Em sua resposta, ateu-se às medidas tomadas logo após a greve e às preocupações com seus desdobramentos: viagem ao Rio de Janeiro no dia 4 de junho, “para dar conhecimento do fato ao Exmo. ministro da Educação e Cultura, Brígido Tinôco, fazendo-o ciente de que a situação poderia se agravar com a adesão dos alunos das outras unidades universitárias e transpor os limites da universidade pelo apoio das entidades estudantis do país” (p.68-9).

O reitor informou na reunião que, no dia 5, em seu retorno, tomou conhecimento de que o próprio ministro foi designado para ir pessoalmente “com determinações expressas, solucionar o problema, em acordo com os termos da comunicação que o Dr. José Soriano de Souza Neto, Diretor da Faculdade de Direito, dirigia ao Reitor e ao Exmo. Sr. Presidente da República” que alegava “a Lei de Segurança Nacional”. (p.69).

Após retorno ao Recife, o reitor informou que continuou mantendo contato com o ministro e que a questão saiu da alçada da pasta da Educação para o Ministério da Justiça, sob a responsabilidade do general Araújo Mota. O reitor disse aos presentes que estava em contato permanente com o General, pois este é que recebia as determinações presidenciais para solução do conflito.

O conselheiro Antonio Figueira não ficou satisfeito com as respostas dadas pelo reitor João Alfredo. Conforme a ata, “o professor Antonio Figueira estranha que o Conselho Universitário não tivesse se reunido e achava que este mesmo Conselho devia estar presente no movimento grevista” (p.69).

O reitor retorna e se defende argumentando que a “a Reitoria não esteve ausente do movimento grevista, uma vez que manteve entendimentos com universitários e contactos repetidos com professores, ministro de Estado, Comando do IV Exército e diretores de Faculdades” (p.69).

Os conselheiros Evaldo Coutinho e Sá Barreto solidarizam-se com Antonio Figueira, mas, já que foi convocada a reunião, deveriam focar nela agora.

O tema tratado na reunião referiu-se às provas parciais que não foram realizadas devido à greve. O representante estudantil, juntamente com Francisco Gondim e Alberto Moreira, defendia que elas fossem realizadas somente em agosto. Com argumento oposto, Ferreira dos Santos e Antonio Figueira, recorrendo ao direito dos estudantes que estavam preparados para fazer a prova em junho, e que não participaram da greve, argumentaram que deveriam ser realizadas em junho, em respeito a eles.

Para a realização das provas em agosto, os professores Francisco Gondim e Alberto Moreira advogam que a “prestação de provas em junho, por certo, provocará transtornos na administração de cada Escola, além do perigo de existirem alunos que façam prova em junho sem se sentirem devidamente preparados, temendo represália durante a realização da prova em agosto próximo” (p. 70-71).

No final da reunião, as propostas de Francisco Gondim e Alberto Moreira são aprovadas: todas as provas parciais serão realizadas na primeira quinzena de agosto. Contudo, eles perderam (juntamente com os professores Jonio Lemos, Sá Barreto, Evaldo Coutinho e o acadêmico Marco Maciel) a votação do aditivo de Antonio Figueiras, que propunha que o aluno que quisesse fazer em junho as provas tivesse o direito garantido.

#### **E) O REITOR JOÃO ALFREDO E A GREVE ESTUDANTIL DE 1961**

A aparição de João Alfredo na greve é sutil, tanto nos jornais quanto no livro de Ana Maria César. Na ata, como vimos, também o foi. Contudo, numa das raras informações explícitas de posição do reitor João Alfredo sobre a greve, Ana César relata que os estudantes, ao dialogarem com o ministro da Educação, Brígido Tinoco, e este ter cobrado aos mesmos as reivindicações entregues a ele, retrucaram: “Excelência, quando procuramos o reitor para lhe pedir uma passagem, a fim de levarmos ao seu conhecimento essas ocorrências, ele respondeu que não dava passagens a grevistas” (p.48). Além dessa passagem de crítica dos estudantes, o reitor, em 16 de junho, acata e encaminha às Escolas da Universidade, por solicitação da Presidência da República, a realização das provas parciais em junho:

Tendo o governo federal determinado que as provas parciais correspondentes à segunda quinzena do mês em curso não sejam adiadas, sob nenhum pretexto, recomendo a V. Exa. divulgar o calendário já organizado para a realização daquela tarefa escolar, através da sessão própria dos jornais diários (p.130).

João Alfredo aparece nos textos dessa autora como em contato com o ministro (sem informar o conteúdo da conversa e de seu posicionamento) (p.47); em contato com o prefeito Miguel Arraes “conferenciavam com os assessores do ministro” (p.49), à espera da chegada do ministro ao aeroporto, às 5h45, juntamente com o prefeito Miguel Arraes (p.49), juntamente com outros docentes, deputados, assessores do ministro em busca de uma proposta conciliatória

(p.51); na entrega das chaves da Faculdade, pelos estudantes, ao ministro da educação, juntamente com várias personalidades (p.54); em conversa com o ministro em frente ao Grande Hotel (p.56); em acompanhamento da Comissão de Sindicância da Presidência (p. 145). Por fim, “na tarde do dia 8”, expõe a autora, “pelos 15h, deram entrada no prédio o comandante do IV Exército, acompanhado de alguns oficiais de seu Estado Maior, os reitores João Alfredo e Manoel Rodrigues Filho, o diretor Soriano Neto e vários professores pertencentes ao Conselho Técnico das duas universidades. Vinham restabelecer o ‘princípio de autoridade’ em nome do Presidente da República” (p.67).

#### F) AMBIGUIDADES DA AUTONOMIA ESTUDANTIL

Se, por um lado, os estudantes expressavam paralelamente um momento rico na política com a emergência de vários sujeitos em cena - o “povo”, a “liga camponesa”, os “comunistas”, os governantes “populistas”, etc., - e faziam crítica a uma Faculdade do passado e estavam pensando no futuro, questionaram a autoridade do diretor, do Exército e da Presidência da República, contudo, várias recorrências simbólicas da ordem patriarcal eram feitas em seus discursos.

Chamamos logo a atenção para o fato de que um estudante, “Adige Maranhão, ingressou em juízo com um Protesto Judicial, em que requeria a citação do diretor Soriano Neto e do professor Rui Antunes, este último por ter sido, segundo alegava, o autor da proposta que determinaria a intervenção de forças do Exército”. (CÉSAR, 2009). Com esta petição à Justiça – com forte perseguição aos comunistas ou a quem levantasse discurso democrático –, o juiz deu negativo à solicitação, o ato se virou contra a própria greve e fortaleceu politicamente a intervenção militar. Por trás desse ato encontra-se a ilusão na balança e no poder judiciário – poder este masculino e correspondente às forças da tradição da terra, de empresários e do diploma.

O autor da petição anterior, na sua justificativa, reconhece “a força briosa do Exército”, e sua utilização seria “uma fuga à missão histórica do próprio Exército” (p. 44).

Uma carta que os estudantes enviam para o Ministro da Guerra expressava bem, ainda, a força desse imaginário de ordem: “Honra-nos comunicar a Vossência, herdeiro da tradição do imortal Caxias...”. Recorre à questão de gênero para convencer o Ministro do mérito da greve – como se fosse sensibilizá-lo para o mesmo aceitar um levante contra uma “autoridade” (para o Exército,

é imperdoável o desrespeito à autoridade). Assim diz o texto: “.. [o diretor], havendo chegado à vileza de agredir uma nossa colega”.

Na carta à sociedade, explicando os motivos da ocupação e da greve, apesar de caracterizar a falência da Faculdade de Direito há muito tempo – e receber apoio dos advogados recém-formados com o mesmo discurso –, a nota assinala “não querer ver [a] heróica Faculdade...” (PREVISTA..., 1961, p. 8).

Contudo, essa ambiguidade da ordem na autonomia não foi suficiente para impedir a ação de enfrentamento. Essa ação dos estudantes ficou marcada na história política brasileira. Se compararmos a ambiguidade dessa greve com a de 1947, há uma diferença grande: naquela, era uma constante a solicitação da intervenção do grande Pai (Joaquim Amazonas, Conselho Universitário) para encerrar a greve; nesta última, os mediadores foram os políticos; já a instituição apoiou o diretor e suas medidas, apesar de sua postura incentivadora da violência que eles mesmos – os professores – reconhecem viver com os militares.

## JÂNIO QUADROS E A UNIVERSIDADE DO RECIFE

O presidente Jânio Quadros aparece nas atas do Conselho Universitário três vezes: uma, no dia 5 de maio de 1961, outra, no dia 19 de maio, a que tratou da greve, e a última, em 28 de maio do mesmo ano.

A primeira aparição dizia respeito ao pedido de Newton Maia ao Conselho de uma “moção de aplausos ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Jânio da Silva Quadros e ao Magnífico Reitor, Professor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, por ter conseguido obter aquilo que era por todos desejado” (p.66).

O motivo dessa “moção de aplausos” do (provável ou ex) comunista Newton Maia<sup>13</sup> fora a mudança de posição do presidente da República, Jânio Quadros, em relação a ter demitido por decreto “todo pessoal civil da União, nomeado a partir de 30 de setembro de 1960” (p.66). Ele acedeu aos motivos postos pelo reitor João Alfredo.

A moção de aplausos foi aprovada por 21 votos favoráveis e 1 contrário – o do professor Antonio Figueiras. Ocorreu discussão sobre a proposta, contudo,

---

13 O professor Jonio Lemos conta-nos que esse professor fez parte de uma célula do Partido Comunista. Cf. SANTOS, Evson Malaquias de M. UFPE: Instituição, gestão, política e seus bastidores. Recife: EDUFPE, 2012.

não foram expostas na ata essa discussão e os motivos contrários do professor Antonio Figueiras.

A terceira aparição do referido presidente da República nas atas do Conselho Universitário foi na comunicação feita pelo presidente da reunião, Sr. João Alfredo, aos conselheiros de “ter recebido um telegrama do Dr. José Aparecido de Oliveira, secretário particular do presidente da República, em que transmite os agradecimentos do doutor Jânio da Quadros pela moção de aplausos aprovada pelo Conselho Universitário em sessão de cinco (5) de maio do corrente ano” (p.73).

## O QUE ESSA GREVE PODE NOS ENSINAR

Este pequeno artigo procurou contribuir para tornar público um dos grandes acontecimentos políticos em Pernambuco e até, por que não dizer, no Brasil. Procurou, também, contribuir com outro olhar, não se detendo no fato a fato da greve, mas na estrutura e na lógica imaginária do poder da/universidade/sociedade.

A greve surgiu contra a lógica patrimonialista que significa uma forte lógica hierárquica: a dos mandarinatos dos catedráticos, ou, pra usar o conceito de Gadriel Perruci, a dos oligarcas. A determinação dos estudantes na denúncia da situação da Faculdade de Direito, na postura arbitrária do diretor ao proibir uma simples palestra para um reduzido grupo de pessoas – e da forma como a proibiu, desligando as luzes –, são indicadores da intolerância e do clima ideológico da época – e da tradição autoritária das elites brasileiras.

A violência imposta pelo governo de Jânio Quadros, recorrendo ao Exército como forma de “solucionar” o conflito de uma simples greve estudantil, demonstra o autoritarismo histórico que permeia a prática política brasileira. Além da forma manipulatória com que tentou acabar com a greve, recorrendo a um ministro que não tem poder de negociação, o Sr. Ministro Brígido Tinoco, pois a Presidência não o autorizara para isso. A Presidência da República, na pessoa de Jânio Quadros, estava irredutível em fazer a negociação. O Conselho Universitário, na sua lógica patrimonial e, portanto, em respeito à hierarquia, não criticou o uso de força da Presidência da República contra os estudantes – pelo contrário, aprovou moção de aplausos ao Presidente da República.

Mesmo vivendo novos ares com o MCP (1960) e, posteriormente, com o SEC (1962), a universidade continuou no seu mandarinato austero. O reitor João

Alfredo, na sua postura moderada, até onde nós sabemos, juntamente com o Conselho Universitário, nunca propuseram uma organização acadêmica diferente da que se encontrava ali. Nunca houve uma proposta de mudança numa perspectiva democrática – a ingerência continuou nas entidades estudantis através da reforma do estatuto da Universidade (da mesma forma que no reitorado do patriarca Joaquim Amazonas, que foi reitor por 12 anos consecutivos) e da aplicação das provas em junho conforme determinação da Presidência. O Conselho não recorreu à autonomia da universidade para se auto-organizar, mas utilizou este argumento para impedir um terço dos estudantes nos assentos do Conselho Universitário.

Ao se rebelarem contra essa estrutura de poder e cobrarem uma universidade científica (essa é a grande reivindicação da UNE), os estudantes ainda mantinham dominação dos laços simbólicos de autoridade que eram produzidos nessa época – apesar de bastante fragilizada.

Essa experiência de luta precisa ser divulgada e refletida, pois ela chegou a uma proporção fantástica de tensão que explicitou a loucura do poder das instituições (por parte da Presidência da República e do diretor Soriano Neto) e da sua mortalidade: reconhecimento de que os laços sociais afetivos estavam machucados e cortados, precisando restituir novos laços. A greve foi uma de suas manifestações. A reação militar, a sua manutenção.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia. *Igualdade e Mitocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CÊSAR, Ana Maria. *A Faculdade sitiada: a greve dos estudantes de Direito do Recife, em 1961, que envolveu o Exército e a Presidência da República*. Recife: CEPE, 2009.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Jânio Quadros. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio\\_quadros](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio_quadros)>. Acesso em: 3 mai. 2012.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENCERRAMENTO, hoje, da II Semana Estudantil de Cultura Popular. *Jornal do Comercio*. Recife, 1961.

FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder*. Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1976. 2.v.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Relativizando o Leviatã: Empresários e Política Econômica no Governo Jânio Quadros. In. *Est. econ.* São Paulo, v. 40, n. 3, p. 561-585, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v40n3/v40n3a03.pdf>>. Acesso em: 03 de mai. 2012.

\_\_\_\_\_. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 187-208, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a08v2957.pdf>>. Acesso em: 3 de mai. 2012.

PREVISTA greve geral dos universitários: apoio a colegas de Direito e de Agronomia. *Jornal do Comercio*. Recife, p. 8, 4 jun. 1961.

PROFESSORES confirmaram a carta a Soriano, solicitando que entregue o cargo ao vice. *Jornal do Comercio*, Recife, p.3, 11 jun. 1961.

SANDER, Benno. *Educação brasileira: valores formais e valores reais*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Ministério de Educação e Cultura, 1977.

SANTOS, Evson Malaquias de M. *UFPE: Instituição, gestão, política e seus bastidores*. Recife: EDUFPE, 2012.

\_\_\_\_\_. Atas do Conselho, da Assembleia Universitária e da Comissão Designativa do reitorado de João Alfredo e vice-reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife. Recife: EDUFPE, 2010.

TOJAL, Flavio e CARVALHO, Wagner. Teoria e prática da burocracia estatal. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: RAP, 1997. p.50-68.

UNIVERSIDADE DO RECIFE. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 5 (19, 28) mai. 1961. p. 61-86.

\_\_\_\_\_. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 19 jun. 1961, p. 67-72.

\_\_\_\_\_. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 10 ago. 1962. p. 117 - 122.

\_\_\_\_\_. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFPE. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 4 dez. 1951. p. 165.

VÁRIAS prisões; o Quarto Exército emite duas notas. *Jornal do Comercio*. Recife, 11 jun. 1961. p. 1.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 3. ed., Brasília: UNB, 1994. v.1.